



OBSERVATÓRIO **BR-319**

<<< INFORMATIVO Nº35 | SETEMBRO 2022 >>>

Foto: Nilmar Lage / Greenpeace Brasil

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário
do Documento.

Como navegar?

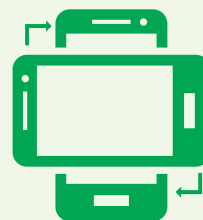
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são
hyperlinks que te levarão
para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações
e agendamentos.



Botão que indica visualização
de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos
ou documentos

Indica a numeração e a
navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- População está sem espaços de diálogo sobre governança na BR-319

12 Interior em Foco

- Parenta no clima: mulheres indígenas do sul do Amazonas discutem efeitos das mudanças climáticas em seus territórios

14 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

20 Ciência

- Programa de pesquisas ecológicas no sudoeste do Amazonas reativa bases de estudos na BR-319

22 Minuto BR



Editorial

Desde 2007, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Começamos este editorial registrando os nossos mais sinceros sentimentos pelo acidente no km 25, em Careiro.

Lamentamos profundamente a tragédia provocada pela perda de vidas humanas e o impacto que ela provoca em famílias, amigos e todos os alcançados pela situação. Agora, moradores de municípios e comunidades nas proximidades do local do acidente estão isolados. Muitos dependem da rodovia para escoamento de produção, acesso a serviços públicos ou mesmo contato com outros municípios e a capital, Manaus, para aquisição de insumos, especialmente alimentos, produtos de saúde e combustível. Permaneceremos vigilantes para que providências sejam tomadas e isto não volte a acontecer nunca mais. Já bastam todos os desafios impostos diariamente à população! É desumano que tenhamos que lidar com a dor de situações que poderiam ser evitadas com o cumprimento de deveres e responsabilidade.

Agradecemos a todos que cederam imagens e informações para este Informativo, como o fotógrafo Junio Matos, do Portal A Crítica, e o arquiteto Matheus Reis. Com a gentileza e a disposição de pessoas como eles, é possível produzir um conteúdo de qualidade e com a sensibilidade necessária para informar aqueles que dependem desta publicação para saber o que acontece na rodovia.

Esta edição começa abordando a falta de espaços de diálogos amplos e interinstitucionais sobre a BR-319. Pela falta deles, suspendemos a seção Diálogos da BR-319 por tempo indeterminado, até que alguma atitude seja tomada para restabelecer ações neste

sentido. Passa da hora dos moradores dos 13 municípios, 42 Unidades de Conservação e 69 Terras Indígenas serem devidamente incluídos nas discussões sobre a rodovia, pois o empreendimento vai impactar sobremaneira a vida deles, não dos burocratas que ficam no conforto dos seus gabinetes em Brasília, opinando sobre o que pensam ser melhor para os amazônidas. O diálogo é uma necessidade urgente.

Ao longo da edição o leitor verá imagens de queimadas registradas entre os meses de agosto em setembro na área de influência da BR-319. Situação que é resultado de tudo o que temos alertado nos últimos anos: falta de governança!

Mas também falamos sobre uma iniciativa positiva no sul do Amazonas, a mobilização de mulheres indígenas para o monitoramento de mudanças provocadas pelo colapso climático nos seus territórios. A iniciativa as empodera e capacita como pesquisadoras locais. Por falar em pesquisa, a seção Ciência traz uma boa notícia: a reativação de bases de pesquisa no sudoeste do Amazonas e na área de influência da rodovia. Isso e muito mais pode ser lido nesta edição.

Boa Leitura!

Fernanda Meirelles

Secretária Executiva do Observatório BR-319



NESTA EDIÇÃO

Destaque do Mês

Área de floresta pública entre Porto Velho e Cujubim (RO).
Local registrou o maior desmatamento da Amazônia em 2022.

Foto: Nilmar Lage / Greenpeace Brasil

População está sem espaços de diálogo sobre governança na BR-319

O momento é crítico devido aos índices de desmatamento e queimadas na área de influência da rodovia.

No último dia 30 de agosto, a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI), ligada ao Ministério da Economia, suspendeu as Reuniões de Governança Ambiental no Entorno da Rodovia BR-319, que eram realizadas mensalmente na modalidade on-line. A decisão surpreendeu o Observatório BR-319, pois deixa a sociedade civil organizada e todos os interessados em assuntos relacionados às obras na rodovia sem um espaço de diálogo plural e interinstitucional. Segundo o titular da secretaria, Alex Garcia de Almeida, a medida se deve ao período eleitoral, após o qual as reuniões devem ser retomadas. No entan-



Área que registrou o maior desmatamento da Amazônia em 2022.

Foto: Nilmar Lage/Greenpeace Brasil

to, a explicação está longe de dar a segurança necessária para a manutenção do diálogo e garantir a transparência necessária ao processo.

“Lamentamos muito que, em um momento tão importante para o fortalecimento da governança na região, o governo tenha

optado por fechar as portas e restringir a participação da sociedade civil organizada e de outros atores tão importantes. Voltamos para um cenário sem espaços de participação e transparência”, disse a secretária-executiva do Observatório BR-319 (OBR-319) em resposta à suspensão das reuniões.

“Acredito que nossas reuniões de governança são de trabalho, e de fundamental importância para manter a transparência nesse processo. Esta decisão aflije toda a sociedade civil e demais participantes, que precisam e desejam acompanhar cada passo das ações na BR-319. Lamento que as questões políticas partidárias estejam acima do empenho de todos nós que atuamos na região”, disse a diretora executiva da Casa do Rio, Mônica Pilz Borba. “Já participei de inúmeros fóruns e nunca vi paralisação por conta de eleições”, completou.

As Reuniões de Governança Ambiental no Entorno da Rodovia BR-319 começaram em dezembro de 2021, quando a SPPI era comandada por Rose Hofmann, que em fevereiro foi substituída por Alex Garcia de Almeida. A iniciativa preencheu, parcialmente, o espaço deixado pelo Fórum de Discussão Permanente sobre o Processo de Reabertura da Rodovia BR-319, criado em julho de 2017 e coordenado pelo Ministério Público Federal (MPF), mas que teve as atividades suspensas em março de 2020, por causa da pandemia de covid-19, e até agora não foram retomadas.

Na avaliação da secretária-executiva do OBR-319, é perigoso que em um momento tão delicado do processo de licenciamento

do Trecho do Meio, a população fique sem um espaço acessível para se atualizar e requerer informações sobre o assunto. “O licenciamento do Trecho do Meio avançou a passos largos desde o ano passado, ignorando etapas importantes do processo, como diálogo propriamente dito e as consultas aos povos da floresta. Tivemos audiências públicas realizadas a toque de caixa na pandemia e sem a participação efetiva das populações impactadas pelas obras. Este ano, ainda tivemos a apresentação do Componente Indígena e a liberação da Licença Prévia”, destaca Fernanda Meirelles. “Medidas importantes estão em andamento e precisam

ser acompanhadas de perto, como o levantamento da situação fundiária na área de influência da rodovia, concessões florestais, definição da instalação de postos de fiscalização, atualizações sobre as obras no Trecho C e muito mais”, acrescenta.

Além disso, uma das preocupações das organizações membro do OBR-319 é o andamento de fiscalizações de denúncias realizadas nas reuniões, principalmente, em períodos críticos de desmatamento e na temporada de queimadas. Entre as situações acompanhadas pelo OBR-319 estão o aumento da rede de ramais ao sul da rodovia; o avanço do ramal Belo Monte,

em Canutama; invasões e desmatamento da Floresta Estadual (FES) Tapauá; e, mais recentemente, desmatamento na região do Tupana, em Careiro.

A coordenadora do Programa de Integridade Socioambiental da Transparência Internacional Brasil, Kátia Demeda, destaca que transparência e diálogo são fundamentais para garantir a efetiva governança ambiental da área de influência da rodovia. “Reuniões como as da SPPI e do Fórum da BR-319 são fundamentais para promover maior transparência das informações sobre o uso de recursos públicos na reconstrução da BR-319. Além disso, é importante estarmos atentos de que a evolução das obras, o processo do licenciamento ambiental e a implementação das pré-condicionantes devem caminhar juntos com as ações de fiscalização na rodovia. Todas estas medidas são intrínsecas”, alerta Kátia.

FALTA DE DIÁLOGO É PROPOSITAL

Desde 2007, quando o governo federal anunciou a reconstrução da BR-319 e a necessidade do processo de licenciamento ambiental foi estabelecida, pouca coisa foi feita para ampliar o acesso a informações sobre a situação. Eventos esporádicos como audiências públicas e a outras reuniões foram realizados, mas nada que tivesse frequência programada e muito menos que alcançassem as comunidades na área de influência da rodovia.

Para a pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade



Foto: Nilmair Lage / Greenpeace Brasil

Área que registrou o maior desmatamento da Amazônia em 2022.

da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) e articuladora da Rede Transdisciplinas da Amazônia (Reta), Dionéia Ferreira, a falta de diálogo com os povos da floresta é projeto. “Existe um distanciamento muito grande entre os interesses dos órgãos públicos com as demandas e pautas das comunidades, e no ano eleitoral isso se aprofunda, uma vez que tudo passa a girar em torno da corrida pelos votos. Os espaços de diálogo são criados e mantidos pela sociedade civil, aonde os órgãos públicos só participam por pressão dos órgãos de controle ou justiça, de modo que o diálogo com a sociedade não é algo que está consolidado na cultura política do Estado”, avaliou.

A também pesquisadora do FGVces e articuladora da Reta, Jolemia Chagas, acrescenta: “O público envolvido nestas iniciativas devia ser a população diretamente impactada pela BR-319, mas não é isso que acontece. A tomada de decisões é realizada à revelia destas pessoas e eu acho que isso é um problema estrutural da política, porque, geralmente, espaços de diálogo, quando criados, estão centralizados na capital ou na sede dos municípios, por isso os moradores de comunidades mais afastadas pouco participam”, avalia Jolemia. “As próprias reuniões de governança ficaram muito restritas às instituições e esqueceram os povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas, público que não tem participado dessas rodadas de conversa, embora elas estejam acontecendo de forma virtual”, acrescentou a pesquisadora. “Geralmente, grandes empreendimentos como a BR-319 não são pensados para os povos da floresta, mas para atender interesses empresariais e do Estado,



Foto: Christian Braga/Greenpeace Brasil

Queimada registrada dentro da área da CDRU no território do rio Manicoré.

por isso as negociações sobre eles são sempre realizadas entre os governantes e não têm capilaridade de diálogo entre as comunidades que estão nos territórios na área de influência da rodovia”, disse Chagas.

INICIATIVAS LOCAIS

Atualmente, o FGVces coloca em prática na área de influência da rodovia a Agenda de Desenvolvimento Territorial da Região da BR-319, iniciativa de fôlego que promove a escuta e o diálogo em territórios. A ADT tem como territórios-alvo o Distrito de Realidade, no município de Humaitá; comunidades dentro e no entorno de Áreas Protegidas em Manicoré; e comunidades dentro e no entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu, no Careiro. “Mesmo quando há iniciativas de diálogo por parte de agentes de governo implicados no empreendimento — muitas vezes o próprio Estado é o proponente da obra — o que se observa é uma motivação mais orientada pela gestão política de conflitos e menos pela oportunidade de qualificação técnica do processo, a partir das contribuições da população. Mas é justamente o conhecimento de quem vive no território que poderia fazer a maior diferença para a efetividade das medidas planejadas”, defendeu a gestora de projetos do FGVces, Carolina Derivi. “No entanto, tão importante quanto haver espaços institucionais de participação é assegurar que todos os segmentos sociais pos-



sam compreender plenamente o debate, portanto defender os seus interesses de maneira qualificada e autônoma. Essa é uma responsabilidade do agente de governo que toma a iniciativa do diálogo, mas é também uma responsabilidade e um chamamento à ação para a sociedade civil organizada”, completou.

FÓRUM SERÁ REPAGINADO

O Fórum de Discussão Permanente sobre o Processo de Reabertura da Rodovia BR-319 deve ser reativado em 2023. Dentro das atividades da ADT está a reestruturação do espaço, que conta com o apoio da Reta e do FGVces. Segundo o procurador da República e coordenador, Rafael Rocha, a principal novidade desta nova fase do Fórum é a discussão de pontos específicos relacionados à governança dos territórios na área de influência da rodovia, no lugar de reuniões com pautas abertas e temas livres. “As discussões do Fórum foram muito interessantes, mas ainda prevalece uma ideia de que a rodovia deve ser recuperada a qualquer custo, à margem da lei. Não há mais nenhuma assimetria de informação sobre o licenciamento ambiental, mas ninguém é obrigado a concordar com as teses do MPF. Os relatórios parciais conclusivos foram aprovados pela unanimidade dos presentes, e ali houve um consenso sobre o que realmente aconteceu durante esses anos de tentativas de recuperação da BR-319. O importante agora é avançar para garantir a governança do território, independentemente

Foto: Nilmar Lage/Greenpeace Brasil



Área que registrou o maior desmatamento da Amazônia em 2022.

da pavimentação”, declarou Rafael. “Agora, a prioridade serão as pessoas que serão diretamente impactadas pelo empreendimento. Vamos realizar reuniões itinerantes, porque nem sempre os moradores das comunidades ao longo da rodovia conseguem se deslocar até Manaus”, completou.

ENQUANTO ISSO...

O Amazonas passa pela pior temporada de queimadas dos últimos 24 anos, desde início do monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpe). Já são mais 18 mil focos

de calor registrados até o mês de setembro, que também registra recorde com mais 8 mil incêndios em todo o estado.

Desde julho, o Greenpeace Brasil, uma das organizações membro do OBR-319, realiza mais uma etapa de seu programa anual de monitoramento de fogo e desmatamento da Amazônia. Na área de influência da BR-319, as investigações estão concentradas na região chamada de Amacro, batizada assim porque compreende municípios entre os estados do Amazonas, Acre e Rondônia, e que registrou desmatamentos de grandes proporções, muitos em florestas públicas. A Amacro, também é chamada de Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) Abunã-Madeira.

Em 2022, a região foi palco do maior desmatamento registrado na Amazônia no ano: 7.962 mil hectares, entre os municípios de Porto Velho e Cujubim, em Rondônia, nas Glebas Federais Rio Preto e Jacundá. A destruição equivalente a 10.921 campos de futebol padrão Fifa. Em investigação, o Greenpeace identificou 24 parcelas cadastradas no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) que se sobrepõem ao desmatamento detectado pelo sistema DETER, metade delas, 12, no nome de um único proprietário.

Outro município crítico da área de influência da BR-319 é Lábrea (AM). Em investigação, o Greenpeace identificou que a expansão do desmatamento no local se dá principalmente por duas estradas irregulares: Ramal do Boi e o Ramal do Jequitibá. Neste segundo, foi flagrado um desmatamento de 2.374 hectares em área de floresta pública sem destinação da Gleba Curuquetê, desmatada entre os meses de fevereiro e junho de 2022. Já no Ramal do Boi, destaca-se o caso da Fazenda Boa Fé. Entre outubro de 2021 e julho de 2022 foram detectados 462 hectares de desmatamento dentro dos limites da propriedade. Em maio, a fazenda Boa Fé foi embargada e multada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em R\$ 745 mil.

O objetivo do trabalho de monitoramento realizado pelo Greenpeace Brasil é validar em campo os dados oficiais, baseados em imagens de satélites, além de produzir provas em imagens e investigações sobre as situações encontradas. Para isso, a organização combina sobrevoos regulares sobre as áreas

com alertas de desmatamento e fogo, com expedições em solo e investigações em bases de dados públicas.

“Esse trabalho é muito importante, pois além de comprovar a precisão dos sistemas de monitoramento por satélite brasileiros, auxilia na produção de provas que possam levar a denúncias, além de levar ao público as imagens do que está de fato acontecendo com a floresta”, diz Rômulo Batista, porta-voz da campanha de Amazônia do Greenpeace.

Com colaboração da jornalista Rosana Villar, da comunicação do Greenpeace Brasil, que gentilmente cedeu textos, informações e imagens para esta seção.

TRAGÉDIA NO CAREIRO

Eram por volta de 7h da quarta-feira, dia 28, quando a Ponte Curuçá, sobre o rio de mesmo nome desabou. Testemunhas relataram à imprensa que sentiram uma vibração a estrutura caiu de maneira muito rápida. Doze veículos, sendo pelo menos um caminhão, passavam sobre a ponte no momento do acidente que provocou, até o fechamento desta edição, **pelo menos quatro mortes**, número que pode aumentar, pois até 15 pessoas estão desaparecidas. Outras 14 pessoas ficaram feridas e foram encaminhadas para capital aos Hospitais 28 de Agosto e Platão Araújo, e para o Hospital Deoclécio dos Santos, em Careiro. O aci-



Foto: Matheus Reis/Cedida

dente interditou totalmente o tráfego no km 25 da BR-319, no município do Careiro, que tem quase 40 mil habitantes e fica a 102 quilômetros de Manaus.

Quem transita pelo local com frequência diz que foi uma **tragédia anunciada** e, de fato, a ponte estava parcialmente interditada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) desde a tarde do dia 26, pois a galeria que fica às margens de um dos lados da ponte estava em risco de ceder. Imagens que circularam na Internet após o acidente mostram **buracos no chão de barro**, alguns com tábuas para permitir o acesso de carros leves.

“Eu cheguei ao local por volta de 9h30 e me deparei com a ponte destruída. Os carros estavam submersos e a equipe do Corpo de Bombeiros estava trabalhando, procurando vítimas. Os familiares também estavam no local em busca de informações, em desespero”, contou o fotógrafo do Portal A Crítica, Junio Matos. “Após o meio-dia, a PRF interditou o local e não deixou mais ninguém ter acesso ao que restou da ponte”, acrescentou.

Quarenta homens do Corpo de Bombeiros, incluindo mergulhadores, foram deslocados ao local para o resgate de vítimas. A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) criou um gabinete de crise para integrar as ações dos órgãos estaduais e federais envolvidos no resgate.

De acordo com **reportagem do Portal A Crítica** com informações do Portal da Transparência do Governo Federal, a empresa a AGO Engenharia de Obras, seria a responsável pelos serviços de



Local afetado pelo desabamento da ponte interditado pela PRF.

Foto: Junio Matos/Cedida

recuperação da rodovia na área que abrange a ponte sobre o rio Curuçá. “Contrato firmado sem licitação pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (Dnit), de quase R\$ 34 milhões, prevê serviços emergenciais de recuperação e erosões na BR-319, do Km 13 ao Km 174”, diz a reportagem.

O OBR-319 procurou o Dnit em Brasília e a superintendência no Amazonas para saber em que ano a ponte foi construída e quando recebeu a última manutenção, mas até a publicação desta edição não obtivemos retorno.

Enquanto isso o clima na cidade é “de tristeza e ao mesmo tempo revolta”, como conta a comunicadora e apresentadora da Rádio Floresta, Fran Araújo. Ela conhecia uma das pessoas que morreu no acidente. “Mas tem muita gente que conhece, era ou é amigo

de alguém envolvido na tragédia. É como se todos nós tivéssemos com os mesmos sentimentos”, disse. “Desde a enchente do ano passado, a BR-319 está caindo e não tem um reparo eficaz nisso. Existem muito trechos em que a rodovia está cedendo e o trabalho de manutenção é lento e fraco. Se nada mudar, mais pessoas serão prejudicadas. Na verdade, somos prejudicados desde quando a BR-319 foi abandonada, há mais de 20 anos”, conclui Fran.

O OBR-319 lamenta profundamente o ocorrido e se solidariza com os parentes das vítimas e moradores das comunidades que dependem da rodovia para o tráfego. O coletivo reforça que permanece vigilante para que providências sejam tomadas o mais urgente possível em prol das vítimas, e que tenhamos um debate mais profundo envolvendo as comunidades e autoridades sobre o futuro da região.



Interior em Foco

Parenta no clima: mulheres indígenas do sul do Amazonas discutem efeitos das mudanças climáticas em seus territórios

A agenda de mudanças climáticas é uma das principais preocupações da atualidade, pois os seus efeitos impactam, principalmente, os povos da floresta.

Para dar visibilidade à situação em territórios ancestrais na área de influência da BR-319, lideranças dos povos Apurinã, Parintintim, Tenharin, Juma, Mura, Jiahui e Tikuna protagonizam o “Programa de Formação Entre Parentas: fortalecimento de mulheres indígenas e cadeias de valor sustentáveis no sul do Amazonas”.

O programa, iniciado em agosto de 2021, vem alcançando bons resultados na região com um novo jeito de trocas de saberes: na base do afeto e no intercâmbio de experiências entre mulheres indígenas, o que tem contribuído para a consolidação de uma rede feminina engajada e resiliente.

Para Laudeci Apurinã, da Terra Indígena (TI) Km 124, a discussão da temática climática é urgente: “Para preservação da natureza! Pois só assim podemos assegurar um futuro saudável aos nossos filhos e netos”, avaliou. Laudeci foi uma das 30 mulheres que participaram do último encontro do programa, realizado em



Foto: Divulgação/IEB

Lideranças que participaram no encontro realizado em agosto, em Porto Velho (RO).

agosto, em Porto Velho (RO). Nestas ocasiões, as parentas compartilham diferentes vivências sobre a percepção dos efeitos das mudanças climáticas em suas comunidades.

O objetivo do Entre Parentas é a valorização do papel da mulher indígena em seu território, para a participação ativa e qualificada nas questões que afetam a vida nas comunidades e nas economias da floresta.

“Somos nós — mulheres indígenas — que sentimos os efeitos das mudanças climáticas, como as mudanças nos fluxos das águas, do roçado, dos peixes, dentre outros. Somos nós que estamos na linha de frente! É importante que todos possam ouvir a nossa voz, o nosso chamado, para que os nossos filhos e netos não passem por tudo que estamos vivendo agora”, comentou Kunawe Juma, da TI Juma, uma das participantes do programa.

Na próxima fase do programa, as participantes se tornarão pesquisadoras, a fim de que monitorem os efeitos das mudanças climáticas nos territórios a partir do olhar cotidiano das mulheres indígenas sobre essas mudanças, além de dar visibilidade às soluções que elas vêm desenvolvendo para o enfrentamento às mudanças climáticas. O Entre Parentas é realizado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), organização membro do Observatório BR-319, com apoio da USAID, sigla em inglês da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, e Instituto Clima Sociedade (iCS).

Matéria gentilmente cedida pela jornalista Luana Luizy, da comunicação do IEB.



Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento

Foto: Christian Braga/Greenpeace Brasil

*Queimada registrada dentro da área
da CDRU no território do rio Manicoré.*



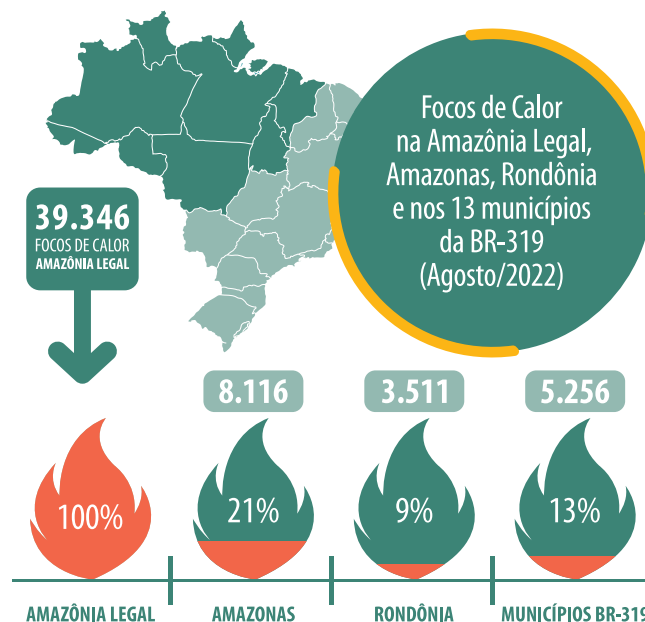
Monitoramento de Focos de Calor

Em agosto, a Amazônia Legal apresentou um aumento de 10% no número de focos de calor em comparação ao mesmo mês de 2021. Já o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319, apresentaram queda nesse período, de 5%, 19% e 12%, respectivamente.

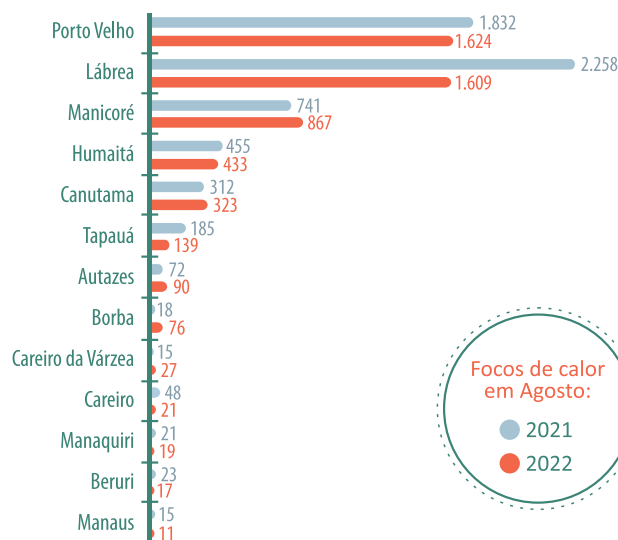
MUNICÍPIOS DA BR-319

Cinco, dos 13 municípios monitorados pelo Observatório BR-319 (OBR-319), apresentaram aumento no número de focos de calor em comparação a agosto de 2021. Para Manicoré e Autazes, esse aumento significou também o recorde para agosto, considerando toda a série histórica, que se inicia em 2010.

Porto Velho e Lábrea, apesar de terem apresentado uma redução no número de focos em comparação ao ano anterior, apareceram na lista dos 10 municípios da Amazônia Legal com mais focos de calor detectados em agosto, na 5ª e 6ª colocação, respectivamente.

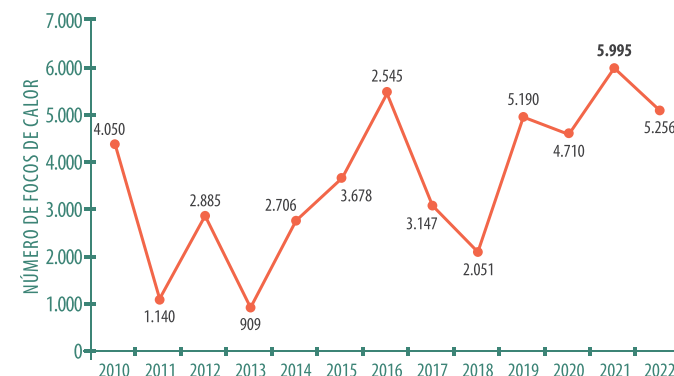


NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319

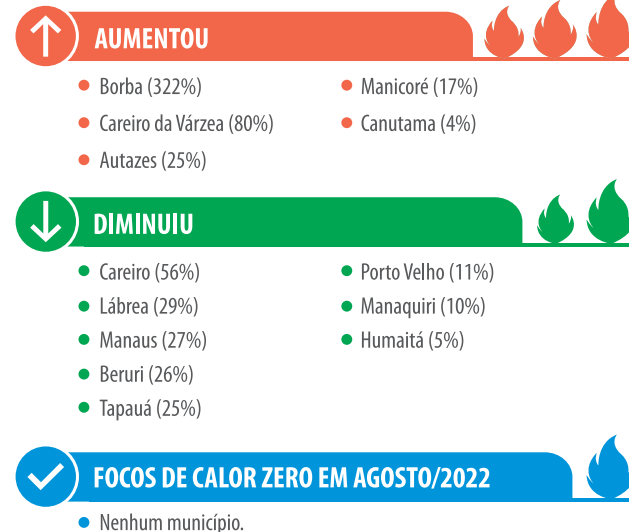


Focos de calor em Agosto:
● 2021
● 2022

FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE AGOSTO (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A AGOSTO DE 2021





ÁREAS PROTEGIDAS

Vinte e uma das 42 Unidades de Conservação (UCs) monitoradas pelo OBR-319, apresentaram focos de calor em agosto. A UC com mais focos foi a Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná, com 433 focos, seguida pelo Parque Nacional (Parna) dos Campos Amazônicos, com 62 focos. Essas duas áreas apareceram na lista das 10 UCs da Amazônia Legal com mais focos de calor neste mês, em 2º e 9º lugar, nessa ordem.

Em relação às Terras Indígenas (TIs), 27 dentre as 69 monitoradas apresentaram focos de calor. A TI Karipuna liderou a lista com 48 focos de calor detectados, seguida pela TI Kaxarari, com 18 focos. Para mais detalhes sobre o número de focos de calor nas Áreas Protegidas monitoradas pelo OBR-319, [clique aqui](#).

39%

**DAS 69 TERRAS
INDÍGENAS (TIs)
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR**

50%

**DAS 42 UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO (UCs)
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR**



**LISTA DE TIs
MONITORADAS**

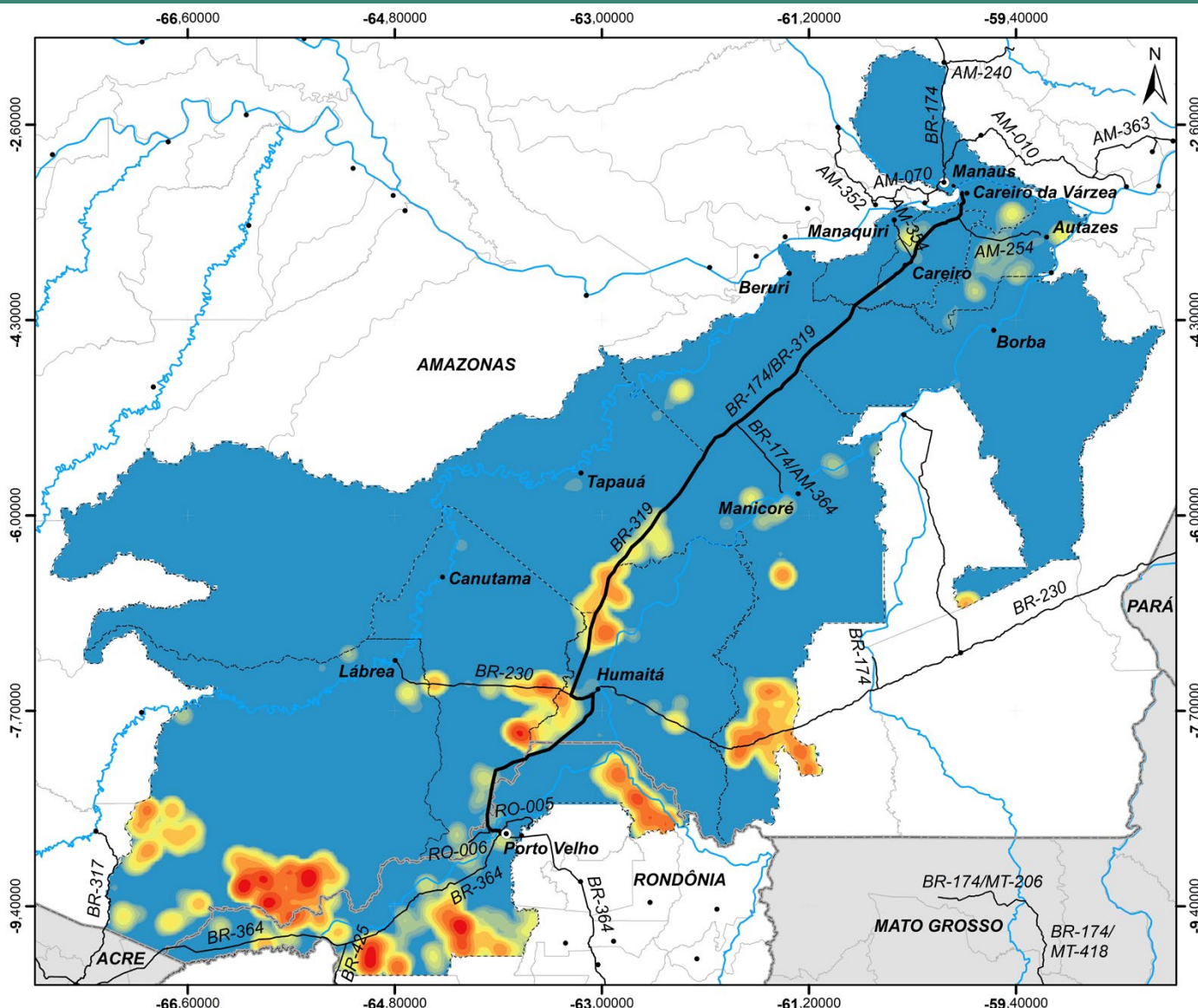


**LISTA DE UCs
MONITORADAS**



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Agosto 2022





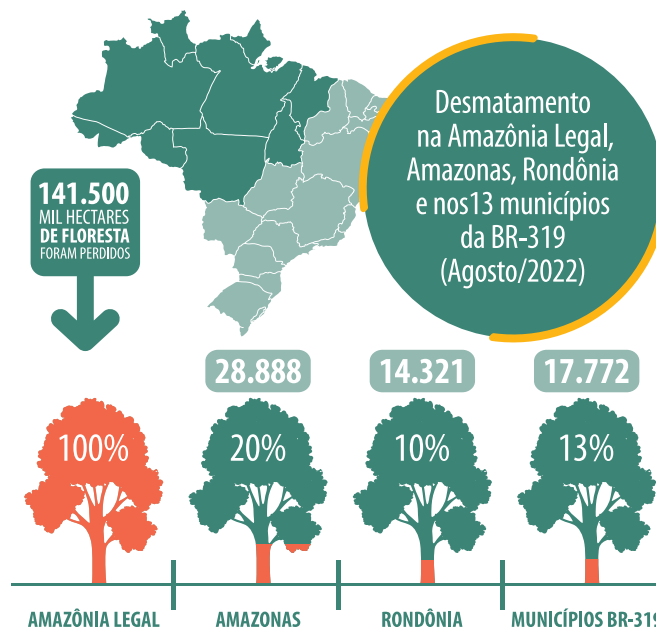
Monitoramento de Desmatamento

Em agosto, a Amazônia Legal, o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram queda no desmatamento em comparação ao mesmo mês de 2021. As reduções foram de 12%, 30%, 14% e 36%, respectivamente.

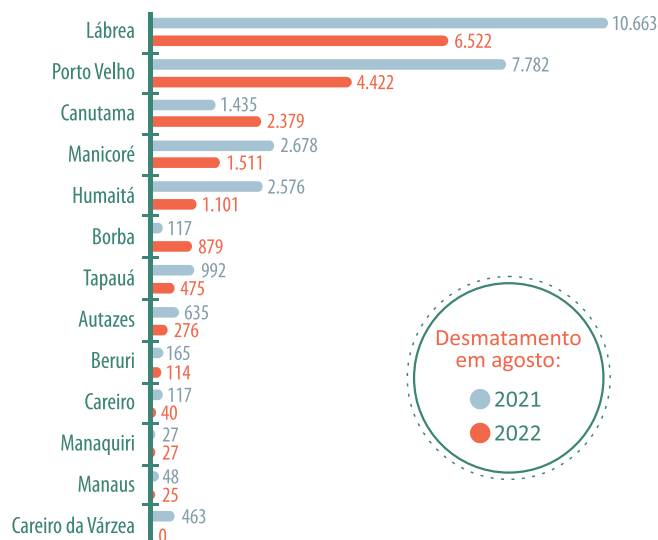
MUNICÍPIOS DA BR-319

No entanto, três, dos 13 municípios monitorados pelo Observatório BR-319 (OBR-319), apresentaram aumento no desmatamento em comparação a agosto de 2021, foram eles: Manauquiri, Canutama e Borba, no caso destes dois últimos os registros foram os maiores para o mês de agosto desde 2010.

Apesar de terem apresentado uma redução no desmatamento em comparação a agosto de 2021, Lábrea e Porto Velho apareceram entre os 10 municípios da Amazônia Legal com os maiores valores de desmatamento, na 3ª e 6ª posição, respectivamente. Outros oito municípios apresentaram redução no desmatamento, com destaque para Careiro da Várzea, que não apresentou desmatamento neste mês.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



Desmatamento em agosto:

- 2021
- 2022

COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A AGOSTO DE 2021



AUMENTOU

- Borba (653%)*
- Manauquiri (2%)
- Canutama (66%)*



DIMINUIU

- Careiro da Várzea (100%)
- Careiro (66%)
- Humaitá (57%)
- Autazes (56%)
- Tapauá (52%)
- Manaus (48%)
- Manicoré (44%)
- Porto Velho (43%)
- Lábrea (39%)
- Beruri (31%)

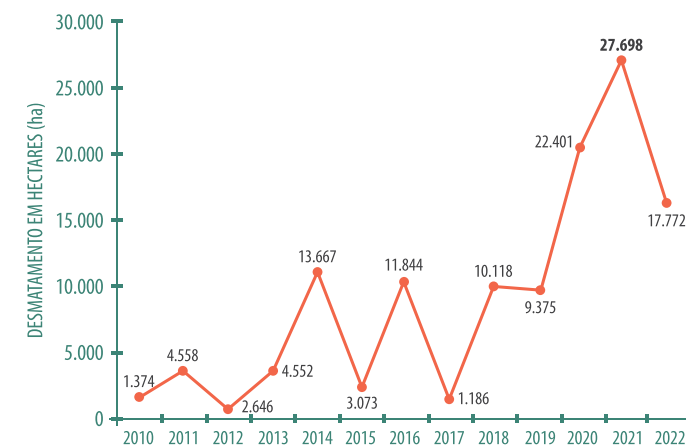


DESMATAMENTO ZERO EM AGOSTO/2022

- Careiro da Várzea

* Municípios que apresentaram recorde de desmatamento em agosto, considerando a série histórica (2010-2022).

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE AGOSTO (2010 A 2022)





ACAMPAMENTO
FEITO COM APOIO DO
PRONEX-FAPEAM
EDITAL 16-2006
PPRO-CENBAM
INTA-CENP-MITI
GOVERNO FEDERAL

Base de pesquisa na BR-319 que será restaurada.

Ciência

Programa de pesquisas ecológicas no sudoeste do Amazonas reativa bases de estudos na BR-319

Por **Sergio Santorelli Junior**¹ e outros²

Tudo na vida muda ao longo do tempo, e um dos objetivos dos Programas de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD) é entender como, onde e por quê.

O PELD no Sudoeste do Amazonas (PELD PSAM), está localizada numa área de transição entre a Amazônia e o Cerrado, e oferece oportunidades para entender processos ecológicos essenciais para a manutenção destes biomas. Porém, essa área também é considerada uma das regiões de maior preocupação ambiental, uma vez que está na área de influência da polêmica rodovia BR-319.

Atualmente, a rodovia se encontra em péssima condição de tráfego e não está adequada para um trânsito intensivo. No entanto, planos de recuperação da estrada preocupam os ambientalistas, pois facilitaria o acesso à região e poderia gerar um aumento expres-



Sergio Santorelli Junior realiza pesquisas na BR-319 e atua na Ufam de Humaitá.

Foto: Sergio Santorelli Junior/Cedida

sivo do desmatamento em locais que estão fora das unidades de conservação, ameaçando as florestas que abrigam uma das maiores biodiversidades do planeta.

Um dos principais objetivos do PELD PSAM é integrar informações biológicas de diferentes espécies que possam subsidiar a ela-

aboração de políticas públicas locais e nacionais, além de estimular a troca de conhecimentos sobre a biodiversidade com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável do País.

Porém, para atingir o nosso principal objetivo, precisamos recuperar a infraestrutura de campo que foi instalada no passado pelo Programa de Pesquisa em Biodiversidade na Amazônia Ocidental (PPBio-AmOc) e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Centro de Estudos Integrados da Biodiversidade Amazônica (INCT-CENBAM), entre 2004 e 2006. Esse processo foi iniciado em julho de 2022. Com a infraestrutura recuperada, estaremos novamente preparados para desenvolver novos estudos e até descobrir novas espécies.

Algumas espécies foram recentemente descritas na região da BR-319, e devem existir ainda muitas outras desconhecidas. Além disso, poderemos também avaliar qual será o efeito da rodovia em vários organismos, como sapos, morcegos, cobras, lagartos, aves, abelhas, formigas, borboletas, peixes e muitos outros. Com essas informações, poderemos entender como os processos naturais que afetam a biodiversidade mudam de um local para outro e de tempos em tempos; informações essenciais para explorar e conservar a região.

¹ **Sergio Santorelli Junior** é doutor em Ciências Biológicas pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e, atualmente, está vinculado à Universidade Federal do Amazonas (Ufam), no Campus Humaitá, através do Programa de Fixação de Recursos Humanos no Interior do Estado (FAPEAM / PROFIX-RH Edital 009/2021).

² **Tainara Sobroza** (Inpa), **Mariel Acacio de Lim** (Ufam Campus Humaitá), **João Araújo** (Inpa), **Marcelo dos Anjos** (Ufam Campus Humaitá), **Jeissy Santana** (Ufam Campus Humaitá) e **William Magnusson** (Inpa), Coordenador do PELD PSAM.



Minuto BR



Podcast



O novo episódio do Momento OBR-319 já está disponível! Mais uma vez, o tema abordado é a temporada queimadas na Amazônia e destaca a situação em Manicoré, Humaitá e Manaus. O episódio conta com entrevistas da liderança do rio Manicoré, Maria Cleia Delgado; da comunicadora Parintintin, Emily Peres; do pesquisador da UFAC, Alan Pimentel; e muito mais. Ouça agora na sua plataforma de áudio favorita ou no Youtube.



Clique e ouça

Verão



Lábrea, Manaus, Manicoré e Humaitá estão entre as **cidades mais quentes do Amazonas** em setembro deste ano. Nos dias 05 e 22, Lábrea registrou a temperatura mais alta de todo o mês no estado: 38,6°C. **Na capital**, os termômetros chegaram a 37,8°, dia 24, e a 37,5°, dia 25. Já Manicoré registrou 37,5°C no dia 08 e, dois dias depois, foi a vez de Humaitá alcançar 36,5°C.



Foto: Tacio Melo/Secom-AM / Reprodução

Infraestrutura



Após três anos, o Governo do Amazonas **concluiu as obras do Anel Viário de Humaitá**, que custou mais R\$ 75 milhões, o “Cinturão da Soja”, como também é chamado, tem pistas de rolamento com 10 metros em mão dupla com 1,5 metro de acostamento, além de uma ponte de 20 metros. Até o momento, o principal benefício do empreendimento é desviar o tráfego de veículos de carga, provenientes da BR-319 e da BR-230, do perímetro urbano de Humaitá em direção ao porto graneleiro do município.

Transparência



A Transparência Internacional – Brasil (TI-Brasil), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e os Tribunais de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) e do Amazonas (TCE-AM), **lançaram um e-book com diretrizes** para a atuação do Controle Externo da Gestão Ambiental, conforme a Resolução nº 02/2021 da

Atricon. A publicação é uma das ações que integram os esforços das instituições para ações conjuntas que ampliem e aperfeiçoem a fiscalização dos Tribunais de Contas na área ambiental.

Perigo



Garimpeiros ilegais têm ameaçado ribeirinhos e o transporte de cargas no rio Madeira, na altura das comunidades Santa Rosa e Bom Intento, em Manicoré. O Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas (Sindarma) revelou que uma embarcação que transportava grãos na região, foi proibida de passar pelos garimpeiros que fecharam toda a extensão do rio com suas balsas. A situação foi denunciada à Capitania dos Portos e a entidade aguarda o retorno das apurações.



Foto: Junio Matos/Portal A Crítica/Reprodução

Pioneirismo



A Escola Estadual Antônio Ferreira Guedes, em Careiro da Várzea, foi a **primeira do Amazonas a receber antenas da Starlink**, serviço de internet para áreas remotas criado pela SpaceX, empresa do magnata da tecnologia Elon Musk. A ocasião contou com a participação de Elon por videoconferência e presença da CEO da SpaceX, Gwynne Shotwell.



Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam) e
Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Revisão // Allex Gomes (FAS), Fernanda Meirelles (Idesam), Guillermo Estupiñan (WCS Brasil)
e Larissa Mahall Marinho (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Larissa Mahall Marinho (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



TRANSPARENCY
INTERNATIONAL
the global coalition against corruption



GREENPEACE

